

Constituição já tem, ao menos, um preâmbulo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Depois de mais de uma hora de discussão e interpretações regimentais conflitantes, a Comissão de Sistematização aprovou por unanimidade (88 votos) o título I do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral, que trata dos princípios fundamentais, ficando para votação posterior, em separado, os 86 pedidos de destaque.

O título I, aprovado no início da noite de ontem, define que a República Federativa do Brasil, constituída sob regime representativo, pela união indissociável dos estados e do distrito federal "visa a construir uma sociedade livre, justa e solidária, e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade das pessoas e o pluralismo político". Estabelece também que "todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido"; que são poderes do Estado o Legislativo, o Executivo e o Judiciário; e que são objetivos do Estado garantir a independência e o desenvolvimento nacionais, erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais, bem como promover a superação dos preconceitos de raça, cor, sexo, idade e de outras formas de discriminação.

Terminada a votação do preâmbulo e antes de começar, com atraso a sessão para votação do título I, várias questões de ordem foram levantadas para se esclarecer a forma de votação daí por diante, quando começou a ser definida a futura Constituição.

O deputado Gastone Righi (PTB-SP) pretendia diminuir o quórum para votação de destaques à maioria simples, enquanto que o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, estava interessado em que se pudesse votar destaques que alterassem completamente o texto do relator Bernardo Cabral. Outros, ainda, defendiam a prevalência dos destaques modificativos sobre a matéria principal, o texto do substitutivo do relator.

A pouca experiência do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, em matéria regimental — fato que ele reconhece assiduamente — terminou por ampliar o debate pelas constantes questões de ordem levantadas, levando-o a afirmar a certa altura, pro-

vocando risos, ao recusar um novo pedido de questão de ordem: "Eu peço ao plenário para me dar tempo para por ordem à minha cabeça".

Afonso Arinos, que terminou por reabrir a sessão por volta das 18h30, decidiu que o substitutivo do relator tinha prioridade de votação, ressalvados os destaques, com a exigência de quórum qualificado de matéria constitucional (47 votos), e que nenhuma emenda poderá ser apresentada pretendendo a aceleração dos trabalhos.

Decidido isso pela Mesa, sem qualquer protesto por parte dos partidos, e aprovado o título I por unanimidade, Afonso Arinos colocou para votação a preferência para o destaque do senador José Paulo Bisol (PMDB-RS) sobre destaque do deputado Siqueira Campos (PDC-GO). A confusão era tanta que Campos desistiu de seu destaque, o que eliminaria a necessidade de votação da preferência (passando-se diretamente para o mérito). Mas, mesmo assim, o presidente Afonso Arinos decidiu pela votação, que deu a derrota da preferência por 47 votos a 44. A matéria foi votada depois.

O destaque de iniciativa do senador Paulo Bisol ampliava o texto do título I, com o que não concordou o relator Bernardo Cabral, para quem o substitutivo é mais sucinto. O destaque foi rejeitado às 19 horas, por 49 votos contrários e 41 a favor.

Outro destaque, de autoria do vice-presidente da Comissão, deputado Aluizio Campos, pretendia incluir os territórios no artigo 1º do título I, que apenas faz referência aos estados e ao distrito federal. A rejeição desse destaque se deu por 82 votos, votando a favor apenas sete constituintes. O presidente da Comissão, senador Afonso Arinos, absteve-se de votar.

PREÂMBULO

Depois de oito horas de discussão, na noite de anteontem, com pedidos de preferência para votação de emendas, numerosas questões de ordem e muita confusão no encaminhamento da matéria, a Comissão de Sistematização conseguiu finalmente aprovar, ontem, às 16h30, o preâmbulo da futura Constituição, que agora será submetido à apreciação do plenário da Assembléia. Na quinta-feira, a sessão foi iniciada às 19h23, sendo suspensa às 2h45 da madrugada de ontem.